



BRASIL PETRÓLEO PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2025
Com o relatório dos auditores independentes

BRASIL PETRÓLEO PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Brasil Petróleo Participações S.A.
Rio de Janeiro– RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Brasil Petróleo Participações S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Brasil Petróleo Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia encontra-se inativa e os sócios já aprovaram um plano para a sua liquidação. Desde então, os gastos e as despesas da Companhia vêm sendo honrados com recursos próprios e não há planos da Administração para retomar as operações em um futuro previsível. As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade não é apropriado e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 2026.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC-2SP033508/O-1



Diego Del Mastro Monteiro
Contador – CRC-1SP302957/O-3

Brasil Petróleo Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.025	5.320	Obrigações fiscais	5	14.404	842
		7.025	5.320	Obrigações trabalhistas	6	2.000	2.000
				Outras contas a pagar		-	293
						16.404	3.135
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar		504	204	Obrigações fiscais	5	2.254	-
		504	204			2.254	-
				Patrimônio líquido	7		
				Capital social		134.741.197	134.620.832
				Prejuízos acumulados		(134.752.326)	(134.618.443)
						(11.129)	2.389
Total		7.529	5.524	Total		7.529	5.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Petróleo Participações S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	<u>(117.181)</u>	<u>(94.778)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(117.181)</u>	<u>(94.778)</u>
Resultado financeiro, líquido	9	(16.702)	(1.141)
Prejuízo do exercício		<u>(133.883)</u>	<u>(95.919)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Petróleo Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(133.883)	(95.919)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(133.883)</u>	<u>(95.919)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Petróleo Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais (R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	134.620.832	(134.522.524)	98.308
Prejuízo do exercício	-	(95.919)	(95.919)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	134.620.832	(134.618.443)	2.389
Integralização de capital	120.365	-	120.365
Prejuízo do exercício	-	(133.883)	(133.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	134.741.197	(134.752.326)	(11.129)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Petróleo Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(133.883)	(95.919)
Variação em ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(300)	60
Redução (aumento) em adiantamentos	-	7.544
(Redução) aumento em fornecedores	-	(7.050)
(Redução) aumento em obrigações fiscais	15.816	(1.035)
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	-	(2.000)
(Redução) aumento em outras contas a pagar	(293)	293
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(118.660)	(98.107)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Capital Integralizado	120.365	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	120.365	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.705	(98.107)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.320	103.427
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.025	5.320
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.705	(98.107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Brasil Petróleo Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, fundada em 2013, cuja sede está situada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva nº 204, sala 901 (parte), Leblon, CEP 22440-033.

A Brasil Petróleo Participações S.A. tem como objetivo ser veículo de investimento na DeepFlex do Brasil Indústria de Dutos Flexíveis e Participações Ltda. (“DeepFlex”), empresa em que a Brasil Petróleo detinha 50% de participação. Com sede no Rio de Janeiro e subsidiária em Houston, Estados Unidos, a Deepflex é uma companhia focada na fabricação de dutos flexíveis de materiais compósitos e sem costura para uso na produção de petróleo e gás em ambientes submarinos de alta profundidade. A Deepflex foi fundada em 2004 e possuía como plano de negócio a expansão de suas operações para o Brasil, mercado que representa mais da metade do consumo mundial de dutos flexíveis, além da expansão de suas instalações nos Estados Unidos. No exercício de 2020, a DeepFlex solicitou seu pedido de falência de forma que foi dado baixa no valor do investimento e nos créditos com partes relacionadas na contabilidade da Brasil Petróleo devido a improbabilidade de recebimento dos valores.

Atualmente a Brasil Petróleo não está operacional e os sócios já aprovaram um plano para a sua liquidação, que deverá ocorrer após a conclusão do processo de encerramento organizado de suas investidoras.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas, entre outros, pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de dispositivos complementares emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 8 de abril de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais

A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios.

3.2 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O passivo financeiro da Companhia está substancialmente representado por outras contas a pagar, o qual está classificado como mensurado subsequentemente ao custo amortizado.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos incluem depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4 Obrigações trabalhistas

Obrigações com pessoas são valores devidos por conta de serviços prestados por pessoal interno, inclusive diretores e/ou administradores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Os encargos trabalhistas são montantes devidos por conta de pagamentos a prestadores e/ou a pessoal interno, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.5 Obrigações tributárias

As obrigações tributárias são montantes de tributos retidos de terceiros e devidos por conta de pagamentos a fornecedores e ou diretores e/ou empregados da Companhia e de suas controladas, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.6 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Banco conta movimento	1	1
Aplicações financeiras	7.024	5.319
Total	7.025	5.320

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor.

A aplicações financeiras em renda fixa em moeda nacional proporcionam retorno por meio da aplicação em outros fundos de investimento que investem em ativos de taxas de juros, índices de preços e crédito etc.

5 Obrigações fiscais e sociais

Descrição	2025	2024
INSS a pagar	697	697
IRRF a pagar	33	33
CSLL, PIS E COFINS	142	112
Parcelamento – IRPJ e CSLL	15.786	-
Total	16.658	842
<i>Circulante</i>	<i>14.404</i>	<i>842</i>
<i>Não circulante</i>	<i>2.254</i>	<i>-</i>

6 Obrigações trabalhistas

Descrição	2025	2024
Remuneração de dirigentes	2.000	2.000

Remuneração do pessoal chave da Administração e Governança

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi pago a título de remuneração o montante de R\$ 26.966 (R\$ 24.966 em 2024).

7 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$ 134.741.197 representado por 195.971.317 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e dezessete ações) ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital social

Durante o exercício de 2025 houve a integralização de capital social no montante de R\$ 120.365, mediante a emissão de 12.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,01 (um centavo).

Posição em 31 de dezembro de 2025:

Acionistas	Capital Subscrito	Quantidade de ações
Fundo de investimento em Participações Brasil Petróleo I	101.788.588	148.044.132
Fundo de investimento em Participações Brasil Petróleo II	32.952.609	47.927.185
Total	134.741.197	195.971.317

Posição em 31 de dezembro de 2024:

Acionistas	Capital Subscrito	Capital a Integralizar	Quantidade de ações
Fundo de investimento em Participações Brasil Petróleo I	101.788.588	90.929	148.044.132
Fundo de investimento em Participações Brasil Petróleo II	32.952.609	29.436	47.927.185
Total	134.741.197	120.365	195.971.317

b) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir, isoladamente, 20% do capital social subscrito.

Tendo em vista o prejuízo acumulado, a Administração não realizou o cálculo da reserva legal no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 2% do lucro líquido ajustado pela Lei das Sociedades por Ações e na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, por decisão dos acionistas não foram registrados os dividendos mínimos obrigatórios, tendo em vista o prejuízo acumulado.

8 Despesas gerais e administrativas

Descrição	2025	2024
Serviços prestados por terceiros	(70.386)	(62.477)
Despesas com pessoal	(32.359)	(30.359)
Impostos taxas e contribuições	(14.436)	(1.942)
Total	(117.181)	(94.778)

9 Resultado financeiro, líquido

Descrição	2025	2024
Receita financeiras:		
Juros e outras receitas	2.718	752
	2.718	752
Despesas financeiras:		
Juros pagos	(16.982)	(63)
Tarifas bancárias	(2.438)	(1.830)
	(19.420)	(1.893)
Total	(16.702)	(1.141)

10 Contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

O critério utilizado para estimativa de perda baseia-se na legislação aplicável, nos precedentes jurisprudenciais, assim como no entendimento, a juízo dos consultores jurídicos, da melhor doutrina. E estão classificadas como:

- **Provável** – os eventos futuros que provavelmente ocorrerão (eventos provisionados);
- **Possível** – os eventos futuros que possivelmente ocorrerão, mas com menos chances que os prováveis e mais chances que os remotos (eventos apenas divulgados);
- **Remoto** – os eventos futuros com menos chances de ocorrerem (nenhuma provisão e/ou divulgação realizada).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não havia processos classificados como perda provável, sendo assim, não foi constituída provisão para contingências.

Processos possíveis

Com base no processo de nº 5092309-77.2023.4.02.5101 a Companhia está correlacionada em uma demanda judicial de IDPJ – Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica cuja requerente Varilease Finance *Inc.* (autor) pleiteia pelo crédito de US\$ 20.776.150, que na cotação do Bacen para dezembro de 2025 é R\$ 114.306.226,69, para os quais o seu assessor jurídico classificou como possível de perda.

11 Gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas notas explicativas. Durante o exercício a Companhia não realizou operações com derivativos financeiros.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua administração.

12 Cobertura de seguros

A Companhia não possui cobertura de seguros para cobrir eventuais perdas.

13 Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2026, a Companhia aprovou o aumento de seu capital social no montante de R\$ 120.000,00, passando de R\$ 134.741.197,04 para R\$ 134.861.197,04, mediante a emissão de 12.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,01 por ação.

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram demais fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
